

Sessão Dirigida II – Dia 22/08/2024

MODERNIZAÇÃO E MUDANÇAS - GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS ZONAS COSTEIRO-MARINHAS

Tema: Sistemas Alternativos de Governança para o Uso Compartilhado e Sustentável das Zonas Costeiras;

Expositor: Dr. Alexander Turra, Professor Titular do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP) e coordenador da Cátedra UNESCO para a Sustentabilidade do Oceano, Programa de Pós-Graduação em Oceanografia (PPGO) IOUSP, Ubatuba - SP, Brasil.

É importante que estejamos reunidos aqui para discutir um tema tão relevante quanto a gestão sustentável das zonas costeiras. A complexidade dos desafios que enfrentamos exige uma abordagem inovadora e participativa.

A análise das falas anteriores nos demonstra a necessidade urgente de repensarmos os sistemas de governança que regem o uso dos nossos oceanos. É preciso construir arranjos institucionais mais robustos, capazes de integrar diferentes atores e escalas de atuação, desde o nível local até o internacional.

A ineficiência na implementação de políticas públicas para a proteção dos ecossistemas costeiros é uma realidade que nos preocupa. A pergunta que devemos nos fazer é: por que, apesar de reconhecermos a importância desses ecossistemas, enfrentamos tantas dificuldades em garantir sua sustentabilidade?

Acredito que a resposta esteja relacionada à complexidade dos desafios, à fragilidade das instituições e à falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo. É preciso fortalecer os mecanismos de participação social e promover uma maior integração entre os diversos setores envolvidos na gestão costeira.

O Brasil, ao assumir a presidência do G20, tem uma oportunidade única de influenciar a agenda global de governança marinha. A Cátedra UNESCO para a Sustentabilidade do Oceano, que coordeno na USP, desempenha um papel fundamental nesse processo, promovendo a pesquisa e a formação de recursos humanos qualificados.

Em suma, a construção de sistemas de governança mais eficazes para a gestão das zonas costeiras exige uma ação conjunta de diversos atores. É preciso superar os desafios institucionais, fortalecer a participação social e investir em soluções de longo prazo para garantir a sustentabilidade dos nossos oceanos.

Temos a oportunidade de influenciar a governança marítima global e promover as transformações necessárias para a sustentabilidade dos nossos oceanos. Essa é uma das prioridades do Brasil no cenário internacional.

No entanto, a implementação dessas mudanças esbarra em desafios significativos. A fragilidade das instituições públicas, a falta de recursos e a sobrecarga dos servidores comprometem nossa capacidade de executar as políticas públicas necessárias para a proteção dos ecossistemas marinhos.

Um estudo recente, realizado pela Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e pela Cátedra UNESCO, identificou a necessidade de uma abordagem mais integrada e sistêmica para a gestão dos ecossistemas marinhos. Essa abordagem, baseada nos princípios da ecologia, busca conciliar as demandas sociais e econômicas com a conservação ambiental.

Para avançarmos nessa direção, é fundamental fortalecer o Estado brasileiro, dotando-o dos recursos e da capacidade institucional necessários para implementar políticas públicas eficazes. A racionalização dos gastos públicos e a otimização do uso dos recursos disponíveis são medidas essenciais para garantir a sustentabilidade das ações governamentais.

É preciso investir em infraestrutura, capacitação de pessoal e em pesquisas científicas para embasar as decisões políticas. A participação da sociedade civil é fundamental nesse processo, mas o Estado tem um papel central na definição das políticas públicas e na sua implementação.

Para aumentarmos a capacidade de investimento do país, é fundamental promover o crescimento econômico de forma sustentável e equitativa. Embora o Brasil possua um grande potencial econômico, é preciso otimizar o uso dos recursos públicos e combater as desigualdades sociais.

Um dos principais desafios é a necessidade de reformar o sistema tributário e fiscal. A alta carga tributária sobre a produção e o consumo inibe o crescimento econômico e dificulta a criação de empregos. Além disso, a elevada dívida pública compromete a capacidade de investimento do Estado.

A destinação de recursos públicos para emendas parlamentares sem critérios técnicos e a alta taxa de juros contribuem para o agravamento desse cenário. É preciso fortalecer os mecanismos de controle e avaliação das políticas públicas, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

A solução para esses desafios passa por uma profunda reforma do Estado, com o objetivo de fortalecer as instituições, melhorar a gestão dos recursos públicos e promover a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas.

É fundamental que o governo invista em educação, ciência e tecnologia, e em infraestrutura, para estimular o desenvolvimento econômico e social do país. A promoção de parcerias público-privadas pode ser uma ferramenta importante para alavancar investimentos, mas é preciso garantir que esses projetos sejam realizados com transparência e que beneficiem a sociedade como um todo.

Em resumo, a construção de um país mais justo e desenvolvido exige um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. É preciso superar os desafios institucionais, fortalecer a participação social e investir em soluções de longo prazo para garantir a sustentabilidade do nosso desenvolvimento.

PERGUNTA - PROFESSOR MARCOS FREITAS

Poderia detalhar um pouco mais sobre as pesquisas do laboratório da USP relacionadas à Amazônia Azul e às zonas estuarinas? Como vocês estão trabalhando para integrar as diferentes legislações que regulamentam essas áreas, como as leis de recursos hídricos, as normas da Marinha e as legislações municipais e estaduais? Quais são os principais desafios e as perspectivas futuras dessas pesquisas?

RESPOSTA - ALEXANDRE TURRA

Nosso laboratório na USP está profundamente envolvido em pesquisas que visam entender e solucionar os complexos desafios da gestão das zonas costeiras brasileiras, especialmente no contexto da Amazônia Azul.

Reconhecemos a fragmentação da governança marinha e a necessidade de uma abordagem mais integrada.

Nosso trabalho se concentra em Integração de legislações onde estamos atuando em conjunto com outras instituições para harmonizar as diferentes legislações que regulamentam o uso dos recursos marinhos, buscando identificar lacunas e propondo soluções para otimizar a gestão.

Defendemos a criação de mecanismos de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a participação da sociedade civil na tomada de decisões. Nossas pesquisas geram conhecimento científico para embasar a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para o uso dos recursos marinhos e buscamos promover a participação de diversos atores sociais, como pescadores, comunidades tradicionais e empresas, nos processos de tomada de decisão.

Um dos nossos principais desafios é a implementação de políticas públicas eficazes, especialmente em regiões com baixa capacidade institucional. Para superar essa dificuldade, estamos trabalhando em parceria com órgãos governamentais, universidades e organizações da sociedade civil para desenvolver projetos piloto e demonstrar a viabilidade de soluções inovadoras.

Acreditamos que a abordagem ecossistêmica é fundamental para a gestão sustentável da Amazônia Azul. Ao considerar as complexas interações entre os componentes do ecossistema marinho, podemos desenvolver estratégias mais eficazes para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

Nossos projetos na área de maricultura, por exemplo, visam promover o desenvolvimento dessa atividade de forma sustentável, minimizando os impactos ambientais e garantindo a qualidade dos produtos. Para isso, estamos trabalhando em parceria com essas comunidades tradicionais de pescadores, buscando alternativas para a produção de alimentos saudáveis e nutritivos, com baixo impacto ambiental.

Em resumo, o nosso laboratório está comprometido em contribuir para a construção de uma gestão marinha mais integrada, eficiente e sustentável. Acreditamos que a ciência, em conjunto com a participação da sociedade, pode desempenhar um papel fundamental nesse processo.

PERGUNTA DA PROFESSORA ANA LUCIA VENDRAMINI SOBRE A QUESTÃO DA DÉCADA DOS OCEANOS

Doutor Alexandre, é um prazer enorme tê-lo conosco no evento. O senhor é um representante no Brasil da década dos oceanos na UNESCO, 2020, 2030. E o senhor fala das discussões, das conversas que é necessária para fortalecer as demandas do Brasil. Como é que o Brasil consegue favorecer a sua presença lá na década dos oceanos, junto ao UNESCO? Como é que a gente consegue trazer algum benefício para o Brasil, para as nossas discussões, ou como fortalecer as nossas instituições públicas em especial?

RESPOSTA

O Brasil está dando mais para a década do oceano do que recebendo. É um exemplo: o primeiro Comitê Nacional da Década do Oceano criado, o país com o maior número de iniciativas mapeadas, vem forjando caminhos para a ciência, pautados no framework da década. O PROASA, Programa para o Atlântico Sul e Antártica, que criamos na FAPESP, está pautado nos desafios, objetivos e princípios da década: promover ciência transdisciplinar, integrada, dialogada e pautada em conhecimentos científicos e tradicionais. Ou seja, entendemos o oceano como um sistema socioecológico.

Na verdade, estamos fazendo o oposto: a década nos ajuda a trazer uma estratégia de conhecimento para diferentes governos, para que priorizem a produção e utilização do conhecimento. Falamos da ciência, do conhecimento compartilhado e da cultura oceânica para a transformação.

Não é uma abordagem ingênua. Precisamos trabalhar questões como percepção, paixão pelo oceano e outras, mas sempre visando abordagens práticas e efetivas.

Devemos trabalhar de forma ampla e internacionalizada. O Brasil está contribuindo e a década do oceano fortalecerá nossa política nacional. Somos um país arrojado em ciência oceânica, mas investimos 60 vezes menos do que a média mundial. Precisamos ampliar nossa capacidade de investimento, pesquisa, formação de recursos humanos e comunicação.

A São Paulo Ocean Week e a Virada da Maré são exemplos disso. Queremos que essa temática permeie a sociedade. A Virada da Maré, com 100 mil pessoas, mostrará o potencial do Brasil nessa agenda internacional, seja na década do oceano, no G20 ou em outros fóruns. Precisamos continuar esse movimento.